

17

NÚMERO 2

REVISTA
DIÁLOGO E
INTERAÇÃO

ISSN 1275-3687



FACCREI

<https://revista.faccrei.edu.br>

PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO PRIMÁRIO DE MOJU: A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE UMA PROFESSORA DA AMAZÔNIA PARAENSE

TEACHING PRACTICE IN PRIMARY EDUCATION IN MOJU: THE PROFESSIONAL PATH OF A TEACHER FROM THE PARAENSE AMAZON

Zilene dos Reis Maciel*

Andréia Xavier Perna**

Shirley Cristina Amador Barbosa***

RESUMO: Em quais condições estruturais se fundamentava o trabalho docente a partir da segunda metade do século XX em Moju? E mais, com quais metodologias os professores(as) trabalhavam para desenvolver o processo ensino aprendizagem dos alunos? Estas são as perguntas mote da presente investigação. Sendo assim, a pesquisa objetivou analisar o percurso histórico do Ensino Primário do município de Moju, a partir da segunda metade do século XX, tendo por base a trajetória profissional da docente Esperança Cardoso da Silva. Os aportes metodológicos utilizados foram da abordagem qualitativa atrelada à história de vida. Para tanto, o artigo toma por base autores como: Freire (1997, 2003), Lobo (1994), Romanelli (2007), entre outros. Verificou-se que o profissional da educação, em específico, da região amazônica, na realização de seu trabalho sofria com interferências de cunho políticos e estruturais, no entanto, apesar das intervenções Esperança Cardoso da Silva, se dedicava ao seu trabalho docente contribuindo para a consolidação do ensino no município de Moju.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Prática docente. Ensino primário.

*Mestranda em Educação- linha Saberes Culturais e Educação na Amazônia (PPGED-UEPA/2022). Especialista em Ensino de Língua e Literatura nos Anos Iniciais e na Educação de Jovens e Adultos (UFPA, 2023). Especialista em Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica (UNOPAR, 2023). Licenciada Plena em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (2018-2022). Membro do Núcleo de Pesquisa Culturais e Memórias Amazônicas (CUMA).

** Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade social pela Universidade do Estado do Pará - UFPA (2018). Especialista em Gestão, Coordenação e Orientação pela Academia de Educação - -- Universidade Montenegro (2016). Licenciada Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará - UEPA (2012). É professora do município de Abaetetuba. Pesquisadora da área da Educação e Desigualdade Social.

*** Mulher negra quilombola. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação -PPGED/UEPA, Mestre em Educação e Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais da Amazônia. Participa do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire-NEP-UEPA, atuando no Grupo de Educação Popular com Estudantes Quilombolas - GEPEQ (sub-grupo do NEP).

ABSTRACT: On what structural conditions was teaching work based in the second half of the 20th century in Moju? And more, with what methodologies did the teachers work to develop the students' teaching-learning process? These are the main questions of this investigation. Thus, the research aimed to analyze the historical path of Primary Education in the municipality of Moju, from the second half of the twentieth century, based on the professional trajectory of teacher Esperança Cardoso da Silva. The methodological contributions used were the qualitative approach linked to the life history. Therefore, the article is based on authors such as: Freire (1997, 2003), Lobo (1994), Romanelli (2007), among others. It was verified that the education professional, in particular, from the Amazon region, in carrying out his work suffered from political and structural interferences, however, despite Esperança Cardoso da Silva's interventions, he dedicated himself to his teaching work, contributing to the consolidation of education in the municipality of Moju.

KEYWORDS: Education. Teaching practice. Primary school.

Considerações iniciais

Para entendermos a formação de professoras(es) primários do século XX, é preciso compreendê-la em sua plenitude, por meio da perspectiva histórica, o que nos permitirá entender os desdobramentos ocorridos nesta formação, ao longo do tempo. segundo Souza (2010), o século XIX foi um período marcado pela difusão da “crença” no poder da educação escolar como fator de progresso, modernização e mudança social; “forjada” num cenário mercadológico, neoliberal, com implementação de tecnologias educacionais, articulada às exigências industriais.

É neste contexto, que buscamos mostrar algumas “faces” em que o projeto educacional foi pensado a fim de legitimar o processo de escolarização, entendo como a formação docente no Brasil acontecia, e para tanto, é preciso compreender como o magistério se organizava. Sendo assim, o artigo traz como objetivo geral, analisar o percurso histórico do ensino primário do município de Moju, a partir da segunda metade do século XX, tendo por base a trajetória profissional da docente Esperança Cardoso da Silva.

Deste modo, esta escritura se pautará na história profissional de Esperança Cardoso, como carinhosamente era conhecida a professora da Amazônia paraense,

que atuou no magistério do município de Moju, entre os anos de 1951 a 1981, desenvolvendo uma prática pedagógica voltada à formação dos alunos(as) do ensino primário.

Esperança Cardoso, iniciou sua carreira como professora aos 26 anos, mesmo sem ter terminado os estudos ginasiais, momento em que seu pai, prefeito do município de Moju, a legitima ao ofício de professora pela carência de profissionais habilitados, situação que forçava a administração tanto municipal quanto estadual, a contratar pessoas que tivessem pelo menos cursado o ensino primário; situação em que se encontrava Esperança Cardoso.

As tensões frequentes em volta das exonerações, readmissões e perseguição política fizeram parte da vida profissional de Esperança Cardoso. Além desse cenário, a professora enfrentava outros problemas, no que tange a estrutura das escolas onde ministrava as aulas, pois, certa vez, quando seguia em direção a escola, ação comumente realizada com o auxílio da canoa¹, uma vez que a escola ficava nas margens do rio Baixo Moju, ela naufragou.

As péssimas condições de acesso ao trabalho, as ameaças políticas, além do esforço físico em remar ou andar longas distâncias, era a realidade enfrentada por muitos profissionais da educação na região amazônica, na segunda metade do século XX, conjuntura na qual a professora aqui pesquisada também enfrentou, conforme veremos nos tópicos a seguir.

A constituição da carreira do magistério: o ensino primário no século XX

Para Lobo (1994), a carreira profissional de professoras(es) do século XX foi constituída mediante visões administrativas. Com as expansões das redes de ensino no Brasil, e a intensificação no processo de industrialização, o acesso à escola era limitado e havia uma enorme parcela de analfabetos nas camadas populacionais; a solução encontrada para suprir esta carência se deu pela expansão das escolas

¹ Embarcação sem mastro muito comum na região amazônica, também conhecida pelo nome de casco.

normais, isto é, escolas nascidas na agitação e criada na improvisação e que, ainda hoje afeta de maneira negativa a formação de professores em todo país.

Segundo Lobo (1994, p. 331), quando se analisa a estrutura de formação de professoras(es) formados por Anísio Teixeira nos anos 1930, se observa que:

Uma grande mudança deveria operar-se nas escolas de formação de professores: um sentido social impregnaria todas as atividades dos cursos normais, fornecendo aos futuros educadores as vivências, os recursos técnicos e a cultura geral necessária para realizarem, com êxito, sua missão. A ideia seria a de se exigir deles uma cultura geral ou humanística mais ampla, mais rica, que lhes propicia-se melhor e mais fecunda preparação profissional.

Pelo exposto, percebemos que, na segunda metade do século XX, a partir do plano de Anísio Teixeira, a educação se pautava numa formação humanística, no que diz respeito à formação de professoras(es), isto é, o Estado brasileiro estipulou um perfil de profissional da educação a partir dos que já eram formados nas escolas Normalistas.

As escolas Normalista, instituições responsáveis pela formação das professoras que atuariam no ensino primário, foram implantadas no Brasil nos anos 1835 em Niterói, e colocava a mulher no centro da docência, muitas vezes comparando a mulher ao dom de ensinar, pois antes de tudo, a mulher era ou poderia vir a ser mãe, induzindo com isso que, ao ato de ensinar deveria se afetuoso.

Para Perissé (2009), o papel do profissional do magistério ligada ao feminino levou a associação da professora à imagem da tia, pois, a fim de aproximar as professoras das crianças, se vinculou a imagem da docente a outra categoria. Freire (1997) explicita que, ao tratar as professoras como tia, se atribuiu ao ato de ensinar certa passividade, pois, segundo o autor, o ensinar está para além da afetividade, o ensinar envolve a militância, certa especificidade no seu cumprimento, “enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão” (FREIRE, 1997, p. 09).

Entretanto, o termo ganhou força de expressão a partir da criação das pré-escolas, isso no século XIX. A caracterização da professora a alguém próximo da criança, da família, rompia com a verdadeira função que o professor(a) exercia: o de

educar. Freire (1997) evidencia que, pela forma descredenciada pelo qual o professor do magistério vinha sendo construído na história da educação, o alocava a uma outra categoria ou grupo social, fazendo que sua função perdesse o sentido.

E, apesar do ensino primário, isso na segunda metade do século XX, não ser de obrigação do Estado, o que de certa forma enfraquecia o desenvolvimento da Educação brasileira, com a implementação do Ato Adicional em 1937, a situação mudou, conforme evidencia Romanelli (2007, p. 153):

A infância e a juventude a que faltarem recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da nação, dos estados e dos municípios assegurar pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

Para Romanelli (2007), o Estado deveria zelar e oferecer uma educação de qualidade às crianças e adolescentes, mas, pelo fato de não ser obrigatório, este era tratado com certo descaso. Entretanto, com a expansão do magistério e, com a construção de instituições primárias e o aumento no número de matrículas, cresceu a procura por profissionais qualificados para atuar nas escolas de educação básica.

E assim, a partir do estabelecimento da lei orgânica do ensino primário, Decreto- Lei 8.529 de 2 de janeiro de 1964, que assegurou a obrigatoriedade das autoridades governamentais de assistir o ensino primário, como também, de criar diretrizes e bases curriculares, foi então, que se elaborou disciplinas que compreendiam o ensino primário a partir de duas perspectivas: a do curso Primário Elementar e do curso Primário Complementar, destinado a criança de 07 a 12 anos.

O curso Primário Elementar com duração de quatro anos, deveria abarcar o estudo de: Leitura e Linguagem Oral e escrita; Iniciação Matemática; Geografia e história do Brasil; Conhecimentos Gerais Aplicados à Vida Social, a Educação para a Saúde a ao Trabalho; desenho e Trabalhos Manuais; Cantos Orfeônicos; Educação Física. Já, ao curso Primário Complementar com duração de 1 ano, sendo acrescentado ao curso anterior as seguintes disciplinas: Geografia Geral e História das Américas; Ciências Naturais e Higiene.

No Decreto-Lei, o ensino Primário Supletivo também era assistido com a seguinte grade curricular: Leitura e Linguagem Oral e Escrita; Aritmética e Geometria; Geografia e História do Brasil; Ciências Naturais e Higiene; Noção de Direito Usual (Legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar); Desenho; Economia Doméstica e Puericultura somente para alunos do sexo feminino.

Piletti (2003) a respeito do assunto expõe que, antes do Decreto-Lei nº 8.530, que oficializa o ensino normal, apenas as filhas de famílias abastadas tinham condições de frequentar a escola, isto é, de serem instruídas em escolas particulares ou como eram conhecidas, as escolas normalistas. Mas, apesar da implementação das escolas normais públicas, o ensino continuou promovendo discriminações, uma vez que no Artigo 21, parágrafo único dizia: “não serão admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de vinte e cinco anos” (DECRETO-LEI nº 8.530, 1946, p. 116). Corroborando com Piletti (2003), Romanelli (2007, p. 165) assim informa:

[...] a nosso ver, em flagrante contradição com o que criava o curso normal de 1º ciclo e que, segundo cremos, tinha muito mais razão de existir como curso de habilitação para professores leigos do que como curso de habilitação para adolescentes de 14 aos 15 anos.

Tomando como referência a citação de Romanelli (2007), compreendemos que os professores leigos, ou seja, aqueles que não tinham a certificação de professores normalistas e que, estavam acima da faixa etária estipulada no decreto-lei nº 8.530, não podiam frequentar a escola normal para terminar seus estudos, o que contribuía para o elevado índice de leigos na formação de alunos no ensino primário, significando que, o processo de formação do ensino primário da época, era de pouca qualidade, pois, os professores não tinham formação suficiente para desenvolver as atividades do magistério.

A partir da implantação da República, a orientação para o desenvolvimento da formação de professores é reorganizada, sobretudo, doravante a implantação do Estado Novo e do Manifesto dos Pioneiros, que visavam a formação dos professores de forma plena e com maiores reconhecimentos do setor. Teixeira (1984, p. 12) assim informa que:

[...] O magistério, preparado em escolas especiais (escolas Normais), de caráter mais propedêutico, e, às vezes, nesses estabelecimentos, de nível secundário, nem uma sólida preparação pedagógica, nem a educação geral em que ela deve basear-se.

Percebemos que os educadores que deram origem ao movimento educacional revolucionário no país, denunciavam a falta de formação pedagógica que desfavorecia o desenvolvimento pleno da profissão docente, a qual se configurava como uma formação tradicionalista.

A esse respeito, Costa e Corrêa (2010) diz que, o ensino primário brasileiro durante muitas décadas passou por diversas transformações; segundo os autores, o período que correspondente ao século XIX, sobretudo, no primeiro e no segundo Império brasileiro, a educação fora vista como forma de alavancar o processo de desenvolvimento do país.

E como enfatiza os autores mencionados, a organização da Educação brasileira passou por um longo processo até o estabelecimento da educação primária, e foi apenas, com a oficialização da primeira Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB) de 1961, que todas as crianças tiveram o direito e acesso à educação.

A partir de 1964 a 1985, a Educação galga os caminhos da educação profissionalizante e tecnicista, já inferida na LDB de 1961, que além deste tipo de educação, orientava os professores(as) a seguir uma educação de linha moral e cívica, pautada no princípio do amor à pátria e a obediência às leis, como também, destacava as classes que poderiam ingressar nas escolas, e assim seguir a carreira docente.

Sobre a assertiva acima, Ferreira Jr e Bittar (2006, p. 1162) assim expõe: “a reforma educacional [...] deixou de ser exclusivamente das classes médias urbanas e frações da elite, passando a constituir-se também das camadas populares”. Almeida (2016, p. 02) sobre o assunto pontua que:

A educação brasileira passou, durante o período da ditadura civil-militar, por uma série de reformas empreendidas pelo Estado, que tinham como principais objetivos tornar o ensino técnico-profissionalizante, a fim de fornecer mão-de-obra qualificada para atuar na indústria que se desenvolvia, e conquistar o apoio da população para os ideais do governo.

O ingresso das camadas populares na educação primária descentralizou o ensino, antes prioridades das classes dominantes; a mudança do sistema educacional favoreceu aos professores(as) do magistério que estavam formados, e com a implementação começaram a trabalhar. Entretanto, com o avanço da Ditadura Civil Militar e a ascensão do ensino tecnicista, a educação e a formação de professores perdem o prestígio, principalmente, pela falta de autonomia destes nas salas de aula.

Com as revoluções ocorridas no país, geradas a partir das reivindicações sociais, surgiu no campo educacional, concepções que tentaram superar o modelo tradicional em voga. E, o modelo educacional, centrado em tendências curriculares que privilegiavam a hierarquia e a disciplina, cedeu espaço para novas concepções que, segundo Freire (2003, p. 53), precisavam ser repensadas, pois “ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua construção”.

E assim, como no resto do país, no Pará, o ensino primário e a atuação dos professores do magistério se desenvolveu por meio de decretos, normas, leis, reformulações, oferecidas a cada período desenvolvido no país. As atividades desenvolvidas no magistério na segunda metade do século XX, se baseavam em currículos que apresentavam tanto disciplina humanista quanto pedagógica.

Entretanto, com as mudanças que vinham ocorrendo no Brasil, a Educação paraense, também foi se modificando, passando de uma educação humanista e pedagógica para uma educação tecnicista e quantitativa, perdendo sua essência e qualidade. Mas ainda assim, em meados de 1980, esta realidade começou a mudar com o aparecimento da educação popular advindas pelo pensamento do educador Paulo Freire.

Semeraro (2007) destaca que, no final dos anos 1970 e início de 1980, os conceitos utilizados por Antônio Gramsci e Paulo Freire começaram a se popularizar estando tanto na política, no mundo acadêmico, como também nos movimentos populares. Entretanto, a mudança ocorreu de forma lenta e, assim como aconteceu em outras cidades do país, no município de Moju, na segunda metade do século XX, o Estado ofertava a população apenas o ensino primário; e, se caso o aluno quisesse prosseguir com seus estudos, com intuito de atuar na carreira do magistério teria que se deslocar para a cidade de Belém e/ou Abaetetuba.

Entre os alunos, as mulheres eram as que mais "amargaram" o sonho de terminar os estudos e se formar professora, para isso, muitas delas mudavam de cidade com intuito de continuar os estudos, se sujeitando a trabalhos domésticos em casas de família, onde moravam enquanto iam a escola, muitas não conseguiam concluir, pois tinham que conciliar o horário das aulas e os fazeres domésticos situação que levou muitas delas a desistir da escola pela falta de tempo.

Moju rio das cobras: caracterização do *locus*

Antes de continuarmos a tessitura deste artigo, cabe aqui apresentar a cidade onde a investigação se desenvolveu. Moju é um município brasileiro do Estado do Pará, localizado no Norte do país, pertencente à Mesorregião do nordeste paraense, e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) - IBGE- a cidade de Moju, situa-se na região do baixo Tocantins, distante da capital Belém por 127 km.

O município de Moju recebe o mesmo nome do rio que banha a frente da cidade, palavra indígena de origem Tupi, que tem o significado de rio das cobras. De imensa riqueza hídrica, a região é rodeada por rios e igarapés de fácil navegação, além de possuir grande área coberta por matas.

Pertencente à colonização portuguesa, as terras onde nasce a cidade são habitadas desde o século XVII, por portugueses, indígenas e populações escravizadas trazidas para a região para trabalhar nas lavouras. Segundo Salles (2015, p. 11) os primeiros moradores que aqui chegavam:

Eram aventureiros que vinham para o novo mundo, a Amazônia, para muitas promessas de riquezas e sonhos a realizar. Poucos a encontraram. Muitos se radicaram em suas margens, formando os povoados ou freguesias juntamente com a população indígenas ou filhos de portugueses, índios e negros.

Segundo Lopes; Maciel e Magalhães (2021), os primeiros habitantes vieram para trabalhar na exploração dos seringais e nas drogas do sertão. E, em 1754, Antônio Dornelles de Sousa, latifundiário e dono das terras onde se localiza a cidade

de Moju, doou parte de suas terras para a criação do município. As autoras (2021, p. 86) ainda destacam que:

Quando o Bispo Dom Frei Miguel de Bulhões visitou essas terras e, se alojou no sítio do então, dono de escravos, o senhor Antônio Dornelles de Souza, este doou parte de suas terras para formação da sede do município. [...]o povoado tornou-se freguesia com a invocação do Orago, sendo chamado de Irmandade do Divino Espírito Santo. No entanto, a primeira criação de freguesia caiu em declínio, desaparecendo, retornando ao status de povoado, devido ao esquecimento por parte do poder público e das organizações religiosas. [...]Como em 1856 não ocorreu a instalação de sua sede, em 20 de agosto de 1864, a Assembleia Legislativa Provincial, por meio da Lei nº. 441, aprovou que o município retornasse à categoria de freguesia, incorporado ao município de Belém. Seis anos mais tarde, em 6 de outubro de 1870, uma nova Lei da Assembleia Provincial, elevou Moju à categoria de Vila com a mesma denominação. E em 5 de agosto de 1871, ocorreu sua instalação municipal.

As populações que aqui chegaram, com o decorrer do tempo passaram a povoar a região e construir as comunidades, muitas delas conhecida como Comunidades remanescentes de quilombos como: África, Sítio, Bosque, Juquiri (margem direita do Baixo Rio Moju), Poacê, Jacundaí, Nossa Senhora das Graças (Região do Jambuaçú) entre outras.

Cidade tipicamente amazônica, Moju não foge das características dessa região, possui lendas e mitos a saber: da Matinta Pereira, Cobra Norato, Boto, Mulher de Branco, a Carrocinha, manifestações populares e artísticas como as danças folclóricas, quadrilhas, boi-bumbá Caprichoso. A respeito das lendas e visagens presente no imaginário do mojuense, Silva (2006, p.65) assim expõe:

Há pelo menos mais de quarenta anos atrás, por volta de 1960 os barcos ancoravam nas rampas do finado Humberto, os quais também traziam falecidos para serem enterrados no cemitério da cidade. Relatos de pessoas nos dizem que ao apagar as luzes da cidade forma-se uma procissão da rampa onde traziam uma rede atada num pau e seguiam sempre para o cemitério. No entanto, não havia barco ancorado e não havia chegado defunto pela madrugada. Muitos foram os que testemunharam essa procissão.

O mito acima descrito é um de tantos narrados, principalmente, pela população mais velha. Deste modo, cabe destacar que na segunda metade do século XX, época em que a educação se desenvolvia pelo modelo tradicional, momento no qual não se

falava em estudos multidisciplinar, professora Esperança Cardoso, já trabalhava pautada no ensino plural, uma vez que em suas aulas, ela utilizava as narrativas mojuenses para alfabetizar seus alunos.

Em se tratando da situação econômica, cultural e educacional do município mojuense, ressalta-se que, os anos que vão de 1950 a 1980 a economia era voltada exclusivamente a subsistência; deste modo, a educação carregava em seu cerne um apelo financeiro, territorial, cultural e político o que desfavorecia a população mais pobre, pois a classe não tinha como pagar pelo estudo de seus filhos.

E sobre este prisma, analisamos a história de vida e profissional - carreira do magistério, de Esperança Cardoso da Silva, que por muitos anos atuou na docência no município de Moju, período que vai de 1951 a 1981.

Esperança Cardoso da Silva: professora na realidade amazônica

Esperança Cardoso da Silva, nasceu em 18 de outubro de 1925, no Sítio Guarda, à margem esquerda do baixo rio Moju, localidade onde viveu boa parte de sua vida. Filha de Manoel Salomão Cardoso que na época era prefeito no município de Moju - nos anos de 1936 a 1940. Sua família paterna, bem articulada possuía um patrimônio considerável, entre terras e uma boa soma de bens na região do baixo Moju.

A respeito da formação escolar de Esperança Cardoso, está se deu de forma incomum em relação aos padrões da época, pois os aspectos físicos e sociais influenciavam a inserção do aluno em ambiente acadêmico, isto é, caso a aluna fosse mulher negra e de baixa renda, as possibilidades de ingressar na escola eram ínfimas; e Esperança Cardoso possuía tais aspectos. Fidelix (2010), a respeito do assunto evidenciam que a discriminação que as alunas negras sofriam no Curso Normal eram realidades exercida no interior das instituições de ensino.

Nos documentos investigados, a trajetória educacional de Esperança Cardoso, inicia quando ela ingressa no colégio de freiras em Belém do Pará, onde cursou da 1ª até a 5ª série do ensino primário, entretanto, o estudo é interrompido, não se sabendo ao certo os motivos que a fizeram desistir. Porém, pelos relatos de familiares, se

acredita que os longos períodos longe da família teriam sido um dos motivos que fizeram Esperança parar os estudos, ainda no nível primário.

Ao finalizar o ensino primário, Esperança retorna à cidade de Moju, aos 26 anos de idade; período em que foi nomeada professora primária do município. Cabe destacar, que por não ter finalizado os estudos ginasiais, Esperança não poderia exercer legalmente o magistério, no entanto, pela carência de professora (es) qualificados, a administração municipal e estadual tinha a permissão de contratar funcionários que tivessem, pelo menos, cursado o ensino primário.

E assim, a carreira docente da Professora Esperança Cardoso inicia legitimamente. Regulamentada, o que lhe garante todos os direitos trabalhistas oferecidos aos profissionais do magistério, no período. A primeira turma assumida pela docente, se dar numa classe multisseriada, em uma escola na localidade de Camurituba Beira, Baixo Rio Moju; região que só tinha como via de acessos o curso do rio.

E percorrendo os caminhos serpenteados dos rios, Esperança Cardoso seguia sua jornada. Remando longas distâncias por horas, tanto na ida quanto na volta, cinco dias na semana. As dificuldades de acesso ao local de trabalho era uma realidade comum enfrentada por muitos professores(as) mojuenses. Na época, (década de 1970), o município não possuía estradas, como a PA 150, nem rodovias municipais como a Rodovia Quilombola; e, se o professor(a) fosse “lotado” nas localidades rurais, teria que andar ou remar para chegar à escola, muitas vezes, tendo que morar na própria escola.

O esforço de remar ou andar longas distâncias em meio a mata, rios e igarapés, era a realidade que os educadores e educadoras da Amazônia paraense tinham que enfrentar em sua labuta diária. Além disso, as ameaças políticas eram situações comuns pelas quais os professores(as) enfrentavam. Nos documentos investigados, podemos notar que mesmo sendo nomeada professora pelo governo do Estado, Esperança Cardoso foi exonerada e readmitida inúmeras vezes.

Costa e Corrêa (2010, p. 136), evidenciam que o profissional da educação, na região amazônica do século XX, sofria perseguição de políticos, pois, “a educação adquiria a forma burocrática de organização, pois havia sempre o político no topo

manipulando os órgãos técnicos, interferindo na vida e trabalho dos personagens da base”.

Depois de atuar como professora no Baixo Rio Moju, Esperança Cardoso foi transferida para zona urbana do município de Moju, exercendo no Grupo Escolar Lauro Sodré a função de inspetora educacional. E, apesar de desempenhar outro cargo, as condições de acesso ao ambiente escolar continuou sendo um problema para a professora, haja vista, morar na região ribeirinha do município, e assim, seu deslocamento era feito de canoa o que levava horas, situação que lhe sujeitava as adversidades do clima amazônico.

A respeito do salário dos profissionais da educação no século XX, este não era dos melhores, o que obrigava os professores(as) a procurarem uma segunda opção de renda e, embora atuasse como professora, Esperança exercia a atividade agrícola, isto é, fazia roçados de mandioca para a fabricação de farinha, produção que complementava sua renda. Lourenço (2011) expõe que, era o magistério que se tornava uma complementação da renda familiar.

E, por ser uma educadora à frente de seu tempo, Esperança Cardoso, se destacou no meio profissional. Sendo professora e mulher, ela não se amedrontava em expor suas preferências partidária, e com isso, resistia às investidas políticas que interferiram em seu trabalho docente. Uma característica marcante da professora que também era mãe, diz respeito a sua amabilidade; pois não usava de agressões físicas para educar seus filhos e alunos colocando o diálogo sempre em primeiro lugar; a respeito de sua religiosidade, Esperança Cardoso era católica, respeito e paciência eram palavras que a definia.

Esperança Cardoso trabalhou durante 30 anos, se aposentando em 08 de junho de 1981. Ninguém sabe ao certo qual foi o motivo que a levou a optar pelo professorado, se foi a simpatia ou a necessidade, entretanto, o magistério lhe garantiu a insígnia de professora que mais contribuiu no processo de desenvolvimento educacional no município de Moju.

As sementes plantadas por Esperança, ainda hoje florescem no município de Moju. Além de influenciar suas filhas que também são professoras, ela se tornou exemplo para muitas alunas, que hoje seguem a mesma profissão da “mestra”, das quais se

destacam: Ilene Siqueira, Uruguacema Pereira, Ivone Fernandes, Socorro Cuimar, Fatima Nery, Maria de Nazaré Saraiva Gordo, Wilma Siqueira, professoras que carregam consigo os valores e os saberes construídos com a professora e que transmitem em sua trajetória profissional e pessoal.

Um ponto importante que marcou a vida dos familiares de Esperança Cardoso, foi o pedido realizado no dia 10/04/2007 na Câmara Municipal de Vereadores do município de Moju, o qual solicitava que uma escola municipal de ensino fundamental que se encontrava em construção, levasse o nome da professora. O vereador da época, Durval Pantoja da Rocha, assim justificava a solicitação:

A professora Esperança Cardoso da Silva [...] dedicou parte de sua vida ao magistério [...]. Trabalhando por mais de 30 anos, sendo um exemplo de mulher em todos os aspectos, como mãe, esposa e profissional, sempre procurava dar bons exemplos, conselhos e era amiga de seus alunos (PODER LEGISLATIVO MOJU, 2007, p. 54).

O referido projeto foi aprovado e sancionado no dia 10/05/2008, e a escola foi inaugurada no bairro Pôr do Sol - periferia do município de Moju, no dia 28/08/2008. A mobilização das forças políticas em torno do reconhecimento dos serviços prestados por um profissional da educação, evidencia que o professor(a) são servidores que desenvolvem um trabalho de suma importância para a vida dos cidadãos.

E, mesmo com dificuldades de locomoção e formação, Esperança Cardoso - “professora leiga”, obteve uma grandiosa participação no processo educacional no município de Moju, apesar das adversidades, isto é, a realidade amazônica, perseguição políticas, entre outros percalços, ela desenvolveu um papel sem igual na educação mojuense.

Entre o giz e o quadro negro: o ensinar de Esperança

Neste tópico, antes de discorrermos sobre a atividade profissional de Esperança Cardoso, se faz necessário evidenciar o percurso metodológico adotado.

Assim, a investigação se pautou na pesquisa qualitativa que segundo Minayo (2021, p. 20-1):

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Atreiou-se a ela, o método da história de vida método que tem como principal característica, justamente, “a preocupação com o vínculo entre pesquisador e sujeito” (NOGUEIRA, et al, 2017, p. 29). Como técnica, a pesquisa pautou-se na entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas, pois, “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É a forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (MARCONI; LAKATOS, 2021, p. 214).

O *lócus* da pesquisa foi a cidade de Moju, município do nordeste paraense, região do baixo Tocantins. A coleta de dados resultou na catalogação de informações da vida profissional e pessoal da professora Esperança Cardoso da Silva; professora da Amazônia paraense na segunda metade do século XX, ação realizada com a colaboração de quatro, ex-alunas da referida professora, e as quais serão identificadas como narradoras.

A prática pedagógica de Esperança Cardoso da Silva, ou Esperança Cardoso como carinhosamente a professora era conhecida, se enquadrava nos moldes do método tradicionalista da época; não pela rigidez e severidade aplicada aos alunos, mais por seus métodos utilizados em sala, conforme podemos perceber na fala de sua ex-aluna professora Ilene Siqueira, narradora 01:

Todos os dias os alunos da escola, juntamente com os professores, cantavam o hino nacional, da bandeira entre outros hinos oficiais do Estado e do País, um seguinte do outro. Em seguida cada professor direcionava seus alunos a sala de aula, incluindo professora Esperança Cardoso da Silva, que por ser uma pessoa muito religiosa, todos os dias antes de iniciar a aula rezava o Pai nosso com os alunos, em seguida prosseguia com as atividades (NARRADORA 01, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Segundo Lourenço (2011), o trabalho docente desenvolvido no Brasil, em meados do século XX, se dava de forma tradicional; o professor era tido como o único possuidor do conhecimento o qual transmitia aos seus alunos. Os discentes eram vistos como tabulas rasas, que não tinha a permissão de levantar críticas ou comentários a respeito do conteúdo trabalhado; tratados muitas vezes de forma rude; se desobedeciam, os professores os castigavam como objetos que vão desde a palmatoria, milho, até o chapéu de orelhas de burro.

Esperança Cardoso, se destacou entre os professores da época no município de Moju, por ser uma professora gentil, pois não utilizava de castigos na hora de ensinar. Nos relatos coletados, as narradoras enfatizaram que durante as aulas, a professora Esperança Cardoso nunca fora vista de mau humor. A narradora 01 assim destacou:

A maneira como Esperança Cardoso, ensinava seus alunos era igual à dos professores da época, onde escrevia no quadro com giz, e os alunos copiavam no caderno, em seguida decoravam letra por letra, ou palavra, usava também a cartilha para ensinar os alunos. Em momento algum castigou seus alunos por desobediência ou por não ter feito a tarefa por ela designada, tinha uma personalidade tranquila, não usa a palmatória para castigar, método muito comum da época, procurava resolver os problemas sempre através de conversas a sós com o aluno (NARRADORA 01, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

A narradora 01 frisou em entrevista, que sua docência fora inspirada nas vivências ocorridas em sala de aula com Esperança Cardoso, quando frequentava o ensino primário. Freire (2003, p. 63) explicita que “o educador que castra a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica, do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua liberdade de aventurar-se. Não forma, domestica”.

Apesar de singrar pelos caminhos da decoração das letras, Esperança Cardoso, nunca fora vista por seus alunos, como uma professora má, pelo contrário, é possível notar na fala da narradora 01, que ela tentava resolver os problemas da sala de aula, em conversa harmoniosa, perpassada pela escuta, para que assim, seus alunos viessem a refletir sobre suas atitudes e intenções.

Na segunda metade do século XX, os professores da época, não tinham acesso a metodologias que transformasse a maneira de ensinar. Entretanto, a pedagogia exercida por Esperança Cardoso, não se fechava aos métodos tradicionais, pois, pelas entrevistas de suas ex-alunas, percebemos que ela buscava agir com respeito, diálogo, o que indicava uma formação comprometida.

Sobre o compromisso e dedicação de Esperança Cardoso, a narradora 01 ainda ressalta; “a melhor professora que passou em minha vida tanto afetivamente, como educacionalmente, já que a maioria dos professores da época, eram severos, malvados e faziam punições agressivas, fisicamente e psicologicamente” (NARRADORA 01, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Corroborando com a narradora 01, a professora Maria do Socorro Cuimar de Souza, aqui narradora 02, expõe: “a professora Esperança dava atenção individual aos alunos, explicava o conteúdo quantas vezes fossem necessárias, até que todos aprendessem” (NARRADORA 02, PESQUISA DE CAMPO, 2012). Nascimento e Silva (2009), explicitam que o papel da professora foi muito confundido com o caráter materno, pois, a dedicação da educadora, era semelhante aos cuidados que uma mãe tem com seu filho.

A narradora 02 informou que, no ano de 2007, quando a prefeitura de Moju solicitou sua ajuda na escolha de um nome para a escola que estava sendo construída, ela encaminhou o nome de Esperança Cardoso, conforme podemos observar no exposto: “a professora Esperança Cardoso da Silva, me marcou positivamente, sendo um espelho de vida e profissão, e isso me levou a sugerir o nome dela, já que seria uma nova etapa de minha vida profissional” (NARRADORA 02, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

O nome de Esperança Cardoso, já havia sido cogitado para nomeação de outras escolas, mas, somente em 2007 foi aceito e, dado a uma escola do Bairro Pôr do Sol (zona periférica do município de Moju). A designação da escola com o nome de Esperança Cardoso foi muito bem recebida por seus ex-alunos, famílias e sociedade mojuense em geral; a indicação fora vista, como maneira de guardar a memória do professor(a) do ensino primário, que lecionou num período de poucos

recursos e muito contribuiu para o desenvolvimento da educação e na construção de novos docentes.

A professora Maria de Nazaré Saraiva Gordo, a qual chamaremos de narradora 03, em entrevista disse ter ficado muito satisfeita em saber que a população mojuense ainda se lembrava da professora. Recordando as dificuldades que Esperança Cardoso passava para dar as aulas, assim expôs: “em uma de suas vindas para a cidade, ela e sua neta afundaram com a canoa, por conta da maré que estava muito agitada” (NARRADORA 03, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

A região amazônica com seus muitos caminhos de rios e matas impunha desafios aos professores de ontem e de hoje, prova disso, foram as dificuldades enfrentadas por Esperança Cardoso, que para chegar até o local de trabalho precisava percorrer longo trajeto de canoa, pois, no período em que trabalhava não havia estrada que ligasse a zona rural à cidade.

Apesar de toda adversidade enfrentada, Esperança Cardoso se manteve dedicada em seu ofício de ensinar e, de acordo com a professora Wilma Siqueira, narradora 04, professora Esperança estimulava a afetividade entre os discentes, muitas vezes, se utilizando da religiosidade na educação das crianças: “a professora Esperança sabia como chegar até as mentes dos educandos, e fazer da sala de aula um ambiente propício para o estudo” (NARRADORA 04, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

É possível notar que, a professora Esperança Cardoso em sua metodologia educacional, estimulava e orientava seus alunos a serem pessoas decentes e respeitadas, enraizando neles, princípios morais, elemento fundamental na vida em sociedade. E ressaltar ainda a narradora 04: “em sua prática, a professora Esperança extraia o máximo de conteúdo do livro didático, explicando os assuntos das disciplinas de forma clara” (NARRADORA 04, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Em entrevista, as ex-alunas da professora Esperança Cardoso por unanimidade, evidenciaram o lado sensível da professora; a tranquilidade no desenvolvimento das aulas, a paciência com os alunos eram traços da boa educação desenvolvida por Esperança e dedicada aos seus alunos.

A simplicidade e a humildade de Esperança Cardoso e a relação que ela desenvolvia com seus alunos, a direcionava para um modelo de educação que surgia no Brasil, na década de 60, chamada de libertadora e trabalhada por Paulo Freire. Em sua pedagogia da reflexão, Esperança Cardoso rompia com o modelo tradicionalista de educação, predominante no período em que lecionava, o qual contribuiu positivamente na formação do alunado que, mais tarde, ao se tornarem professores eram pacientes, reflexivos e mais humanos com seus alunos.

Desta maneira, Esperança Cardoso em sua didática e metodologia educacional sempre estimulava e orientava seus alunos a serem pessoas decentes e respeitosos; ela os ensinava pensando em suas carreiras educacional, mas também os educava para a vida pessoal; tipo de educação que formava profissionais para a vida.

Considerações finais

O ensino primário no Município de Moju na segunda metade do século XX, teve um processo de desenvolvimento ligado ao modo de organização do município, assim, os métodos empregados no ensinar condiziam com a forma social e cultural da população. O município passou por um período (1950 a 1980) de pouco investimento no setor educacional, o que dificultava a ida das crianças e jovens à escola.

Mas, apesar das dificuldades, houveram crianças que conseguiram "burlar" o sistema e, mesmo enfrentando condições adversas, conseguiram estudar e concluir o ensino primário, entre elas, podemos destacar a professora Esperança Cardoso. Nesse sentido, mesmo com a atuação das professoras normalista a partir dos anos de 1970, as escolas primárias precisavam de um número maior de professores, muitos deles contratados para exercer a docência, mesmo sem ter terminado o ensino ginásial e por isso, eram considerados "professores leigos".

Mas tal adversidade, não atrapalhou quem queria atuar como professor num momento tão carente de professores. Neste percurso, Esperança Cardoso, mesmo sem ter terminado o ensino ginásial, contribuiu enormemente na construção do ensino primário e secundário no município de Moju, não só alfabetizando, mas formando moral, profissional e socialmente seus educandos. As linhas até aqui expostas,

apresentaram a vida profissional da professora mojuense Esperança Cardoso da Silva, referência para entendermos as condições do trabalho docente desenvolvida na segunda metade do século XX.

Referências

ALMEIDA, Aritana Lima de. As políticas educacionais brasileiras durante o regime civil-militar: o autoritarismo e a educação nas décadas de 1960 e 1970. **VII Encontro Estadual de História** -ANPUH BA, Feira de Santana, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475288149_ARQUIVO_AritanaLimadeAlmeidaAsPolíticasEduccionaisBrasileirasDuranteoRegimeCivilMilitar.pdf Acesso em: 05 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 8530/46**. disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21 de mar 2012.

COSTA, Renato P; CORRÊA, Paulo.S.A. A institucionalização do ensino no Estado do Pará e as reformas educativas materializadas nos grupos escolares. In: **IX Jornada do HISTEDBR**, 2010, Belém. Jornada HISTEDBR, 2010. v. 1. p. 1. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/117037955/A-INSTITUCIONALIZACAO-DO-ENSINO-NO-ESTADO-DO-PARA-E-AS-REFORMAS-EDUCATIVAS-MATERIALIZADA-NOS-GRUPOS-ESCOLARES> Acesso em: 05 mar. 2023.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. A ditadura e a proletarização dos professores. **Revista Educ. Soc., Campinas**, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 05 fev. 2020.

FIDELIX, Camila Freitas. **As Relações Étnico/Raciais no Curso Normal do Colégio Madre Tereza Michel de Criciúma/SC no olhar das alunas negras (1960-1973)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. IBGE, ©2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/moju/panorama>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

LOBO, Yolanda Lima. A formação de um “Novo” Tipo de Professor no modelo Nacional-Desenvolvimentista (1950-1962). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 75, n. 179/180/181, p. 301-371, jan./dez, 1994. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/394/163> Acesso em: 05 mar. 2021.

LOPES, Jomara da C; MACIEL, Zilene dos R; MAGALHÃES, Priscila Deomara A. **Revista Sentido da Cultura**. Ano 8, n. 14, jan-jul, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Zilene%20Maciel/Downloads/171-106-PB.pdf Acesso em: 05 jan. 2023.

LOURENÇO, Eliane. Salários e greves: memórias dos professores da escola pública paulista nas décadas de 1970 e 1980. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849800_ARQUIVO_Elaine_Lourenco_Anpuh.pdf Acesso em: 05 fev. 2020.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MOJU, Poder Legislativo. Câmara de Vereadores. Ata nº 02. 2007.

NASCIMENTO, Carla; SILVA, Camila. A relação mulher-profissão docente: uma crítica a maternagem intrínseca ao discurso. **V EPEAL**. Disponível em: <https://livrozila.com/doc/587405/a-rela%C3%A7%C3%A3o-mulher-profiss%C3%A7%C3%A3o-docent-uma-cr%C3%ADtica-%A0> . Acesso em: 21 de mar 2012.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al . O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesqui. prá. Psicossociais**. São João del-Rei, v. 12, n.2 ,p.466-485, ago. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-9082017000200016&lng=pt&nrm=iso Acesso em:05 mar. 2023.

PERISSÉ, GABRIEL. **Estética e Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/ 1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes 2007.

SALLES, Válber. **Divino Espírito Santo de Moju: Rio das Cobras**. – 3 ed. Belém: Destaque, 2015.



<https://www.faccrei.edu.br/revista>

SEMERARO, Giovanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. **Rev. Sociologia Política**. Curitiba, 29 p, 95-104, 2007.

SILVA, Ana Marcia P. da. **Lendas e visagens de Moju**. Moju, Pa: Gráfica Guara, 2006.

SOUZA, Felipe Freitas de. Um estudo em tradução cultural no século XIX: Rui Barbosa e o ensino de desenho. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 113, out. 2010. Disponível em: [https://periodicos.uem.br > article > download](https://periodicos.uem.br/article/download) Acesso em: 05 mar. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. O manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.65, n.150, maio/ago. 1984. p.407-425.

Recebido em: 06/06/2023.

Aprovado em: 22/12/2023.